



“Histórias do Trabalho no Sul Global”

“Historias del Trabajo en el Sur Global”

“Labour Histories from the Global South”

I Seminário Internacional de História do Trabalho

V Jornada Nacional de História do Trabalho

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis

25-28 de Outubro de 2010

Experiências e vivências de ex-escravos urbanos na sociedade do trabalho livre: trajetórias (in)comuns

Beatriz Ana Loner

Nessa comunicação pretende-se, a partir do levantamento e identificação de alguns indivíduos que conquistaram sua liberdade, através das cartas de alforria do estado do Rio Grande do Sul da década de 1880, acompanhar suas trajetórias como lideranças (religiosas, sindicais e de categorias, principalmente) e suas tentativas de participação na vida política do país nos primeiros anos da República. Em que pesem as dificuldades desse tipo de pesquisa, conseguiu-se identificar de seis a sete trabalhadores negros nesta situação, o que remete que, em outras cidades do país, seu número possa ter sido ainda maior.

Busca-se trazer novos questionamentos às explicações tradicionais que apontam como uma das causas da marginalização do negro no pós-abolição a sua suposta incapacidade de adaptação aos novos tempos do trabalho livre, medida pelo seu analfabetismo, a ausência de conhecimentos técnicos ou especializados para seu emprego nas fábricas e, por fim, sua inadequação aos novos tempos do trabalho assalariado, pelos

hábitos herdados do tempo da escravidão. Embora esta explicação seja usada até mesmo por militantes do movimento negro, ela esquece a história de uma parcela significativa dos negros urbanos, que haviam se constituído como artesãos ou operários especializados no final do período imperial, muitos dos quais ainda eram escravos e que ingressaram na nova sociedade do trabalho livre em situação similar (ou até superior, pois possuíam saberes especializados) a dos imigrantes estrangeiros, em vários locais do Brasil. Mesmo com relação aqueles ex-escravos que não tem indicado em sua carta de soltura uma profissão especializada, vê-se que logo conseguem adequar-se as funções disponíveis na economia urbana. Resta, portanto, repensar adequadamente o peso do racismo na estagnação da evolução desta parcela significativa dos trabalhadores negros, ao longo do século XX.

Ao se investigar comparadamente as cartas de alforrias da região de Pelotas com dados coletados em outras fontes, sobre trabalhadores negros no pós 1888, deparou-se com algumas coincidências, de nomes e profissões, que levantaram a questão de que muitos negros escravos haviam já conseguido, nos últimos anos da escravidão, não só sua liberdade, mas também se associarem a outros negros, ocupando de forma vigorosa, os espaços abertos para a representação negra na conjuntura da abolição. Contudo, verificou-se também que, apenas alguns anos após a abolição, sua participação foi diminuída e restrita à própria comunidade, ou a espaços delimitados, aquém das potencialidades demonstradas anteriormente.

No tempo do Império, a discriminação operava muito mais através do *status* social do individuo do que de sua cor¹. Entre o negro mais escuro e o branco claro havia uma gradação infinita de cores que, combinada a posição social, a família de origem e a região do país, operava no sentido de diminuir ou acentuar os traços da negritude. Andrews² num nítido “olhar do estrangeiro” sobre nossa sociedade, identifica vários políticos ou intelectuais de projeção no período imperial como afro-descendentes, mesmo que, oficialmente, eles sempre tenham passado por brancos no Brasil. Obviamente, isso não se aplicava a população como um todo e a tolerância era mais freqüente e fácil de acontecer

¹ IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Hucitec, 1988.

² ANDREWS, George Reid. *América Afro-latina 1800-2000*. São Carlos: EDUSCAR, 2007, cap. 3.

quando mais clara a cor do indivíduo e mais recursos financeiros e sociais ele pudesse aparentar.

A visibilidade maior dos grupos afro-descendentes no pré-abolição pode estar ligada diretamente a que a abolição era um assunto que dizia respeito diretamente aos negros e, portanto, havia a necessidade dessa visibilidade étnica na luta abolicionista em termos sociais e políticos. Principalmente, mesmo que alguns grupos da elite não a quisessem, ela existiria, pois os negros souberam se posicionar de forma a garantir um lugar, cuja forma e amplitude variaram de acordo com as conjunturas locais, nos movimentos abolicionistas.

A extinção da escravatura interessando, na década de 1880, a vários setores sociais, entre eles aquele vinculado ao trabalho urbano, as classes médias, aos políticos e mesmo aqueles vinculados a atividades produtivas no campo (que tinham interesse no aproveitamento de trabalhadores estrangeiros) formou uma grande coalizão política e social, um movimento poderoso no interior do qual os grupos negros tiveram, talvez pela primeira vez no país, a oportunidade de dividir o espaço antes reservado apenas a elite, com outras camadas da população, no encaminhamento das lutas.

Os esforços e lutas de grupos combinados de afro-descendentes livres e de brancos (artesãos, industriais, professores e jornalistas) vinculados ao grande bloco do trabalho naqueles anos finais da escravatura, junto a resistência dos próprios cativos, auxiliou a fazer a transformação do trabalho escravo em livre e, com isso, a dar um passo importante no sentido da melhoria das condições de vida dos trabalhadores, pois que não só afirmava a dignidade do trabalho, como recuperava o domínio da própria vida para a maioria dos trabalhadores brasileiros.

Se a Abolição foi o maior movimento de transformação social que tivemos no Brasil no século XIX (em que pesem todas as limitações que encontrou), entretanto, seu sentido e significado foi paulatinamente encoberto pela continuidade da dominação branca sobre os negros em nossa sociedade, em novas formas. Por outro lado, na tentativa de enfatizar a própria continuidade da dominação e preconceito existente sobre o ‘homem de cor’ em nossa sociedade, os próprios analistas da abolição, historiadores, cientistas sociais ou militantes negros, minimizaram seu alcance, as últimas décadas do século XX. A própria trajetória do ‘fato histórico’ da abolição em nossa sociedade e suas variadas interpretações ao longo do último século são interessantes historiograficamente, pelo que

remetem as formas como a sociedade via e pensava as ‘classes inferiores’ ou ‘subalternas’, inicialmente, os trabalhadores depois, e também como tenta elaborar e conviver com suas contradições étnicas, atualmente.

Contudo, nossa tarefa aqui hoje é discutir a trajetória de elementos negros que viveram o processo abolicionista, seja como livres ou como escravizados, que tiveram visibilidade e protagonismo insuspeitado neste processo e que depois foram novamente relegados a esfera anônima da vida cotidiana. Então, nessa comunicação pretendemos trabalhar com a apresentação sucinta de alguns desses elementos e suas trajetórias na cidade, questionando justamente até que ponto suas trajetórias foram incomuns, ou seja, podemos dizer que não se repetiram em outras cidades do país naquele momento? Não nos parece que os escravos de Pelotas fossem tão diferentes de outros locais, portanto, o mais provável é que tenhamos vários outros casos, ou até um número muito maior em cidades maiores ou menos conservadoras do que a pelotense.

Se esta última hipótese estiver correta, resta ainda colocar porque estes esforços, que exigiram muito de seus agentes naquele momento, não se refletiram na melhoria da condição de vida de parcelas significativas da população negra? Dito de outra forma, se pessoas ainda escravas, possivelmente analfabetas, conseguiram desenvolver formas criativas e eficazes de sair de uma situação tão desvantajosa como a escravidão para outra, em que teriam espaços mais amplos para sua atuação, quais os motivos que levaram a que estes esforços criativos não perdurassem no período posterior a abolição, em que, aparentemente, teriam mais condições de se destacar pelos seus esforços individuais? Parece muito mais provável que os esforços e dinamismo que demonstraram continuassem a ser utilizados em suas trajetórias como livres, porém não alcançando efeitos significativos na melhoria das condições de vida ou na continuidade de um esforço ascensional dentro da sociedade.

Exemplifico isso com o caso de uma das mais importantes famílias negras de Pelotas do final do século XIX, a família de Manoel Conceição da Silva Santos. Aparentemente Manoel sempre foi livre, nascido ao redor de 1831 e falecido em 1918, de profissão carpinteiro e construtor. Ele foi procurador (1ª gestão, 1881) e tesoureiro (2ª gestão 1882) do Clube Abolicionista, além de proprietário, fundador e redator do jornal *A voz do escravo*, em 1881. Era membro do Partido Liberal e tinha posses, pois cedeu um prédio para depósito de armamento e fardamento para a guerra do Paraguai,

gratuitamente, aos voluntários que para lá quisessem seguir (Alvorada, 24/2/1951). Fundador da Irmandade Nossa Senhora do Rosário, foi seu primeiro tesoureiro e também participava da diretoria da Irmandade de São Benedito. Seus descendentes também se destacaram, estando três de seus filhos na comissão organizadora das festas da Abolição, o Centro Ethióphico. Seus filhos João Vicente da Silva Santos e José da Silva Santos, construtores, participaram da fundação e redação do Estatuto do Asilo São Benedito, para meninas negras. José, junto com o terceiro filho, Manoel Ramão Conceição dos Santos, participaram de entidades de classe operária em Rio Grande, além de associações do grupo negro. Por sua vez, seu neto, Carlos da Silva Santos, foi dirigente sindical e depois deputado classista na constituinte por Rio Grande na década de 1930, tendo sido, por muitos anos, deputado estadual. Suas filhas casaram e tiveram ampla descendência. Mas seu status privilegiado naqueles anos, não alavancou o conjunto da família, pois vários descendentes seus que tiveram que ganhar a vida pobremente, enfrentaram forte discriminação racial (um de seus filhos morreu em decorrência de seqüelas (infarto) de um episódio discriminatório, em Pelotas, quando foi barrada sua entrada num teatro que construía e não encontrou apoio da comunidade negra) e, exceto Carlos Santos (que teve o decisivo apoio da Igreja Católica na sua trajetória tiveram limitadas oportunidades de ascensão social na sociedade do trabalho livre.

Não pretendemos simplificar a análise, colocando tudo como uma questão de cor ou de preconceito, ou apenas dos mecanismos perniciosos de atuação da ideologia do branqueamento e seus efeitos sobre a comunidade negra³. Por outro lado, deve ser feita uma análise mais aprofundada deste cidadão, suas posses, número de filhos e suas profissões nas primeiras décadas do século XX, o que, combinado ao crescimento econômico negativo experimentado por Pelotas e região até meados daquele século, pode fornecer o conjunto de elementos necessários para se estudar este caso.

Examinando a trajetória dessa família negra, vê-se que conseguiram mobilizar a comunidade negra a seu favor, que administraram convenientemente os bens de raiz e também os capitais culturais (Bourdieu⁴) que possuíam, enfim, ao final do império tinham conseguido, mercê de suas articulações pessoais e associativas e também pelo seu próprio dinamismo e esforço, estar em situação propícia para crescer na República.

³ Essa ideologia possui múltiplas faces atuando dentro e fora da comunidade negra, segundo Hofbauer, Andreas. *A ideologia do branqueamento*, ou o negro em questão. São Paulo: Ed Unesp, 2007.

⁴ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

Entretanto, não foi isso o que aconteceu. Passada a conjuntura da abolição, o espaço para os afro-descendentes foi consideravelmente diminuído, apequenado, através de práticas que visavam restringi-los a alguns trabalhos e a algumas categorias de trabalhadores, de profissões menos valorizadas e também menor remuneradas. Não tiveram apoio em suas tentativas de elevação social, não houve políticas de incentivo ou regramento igualitário na partilha de bens e direitos públicos como educação, saúde, justiça. Mesmo o chamado clientelismo para eles não funcionou no sentido de atingir postos mais altos, pois os próprios padrinhos cuidaram de podar suas ambições, empregando-os no estado, mas em postos subalternos e sem possibilidades de ascensão pelo mérito⁵.

Talvez isso explique por que uma das principais estratégias de ascensão empregadas pelo grupo afro-descendente na República tenha sido aquela do ingresso nas forças armadas, na base ou em colégios militares, nos quais ainda havia uma brecha, um espaço menos dependente da cor para a ascensão individual.

Por outro lado, para essa análise também é importante avaliar a participação individual nos episódios do início da República no estado e a distinção de que lado estavam, em termos partidários. Considerando-se o clientelismo como um fator muito importante na formação brasileira, pode-se adendar que, para o estado gaúcho, a escolha do ‘lado certo’, em termos políticos, podia representar muito para os projetos de ascensão social de cada indivíduo. Depois do final da guerra civil em 1895, aqueles que possuíam poder de indicação efetiva eram os pertencentes ao grupo vencedor, o Partido Republicano Rio Grandense enquanto os demais amargaram mais de trinta anos de vacas magras e ostracismo de cargos públicos⁶.

Agora, vamos nos dedicar aos libertos, aqueles que, com engenhosidade e arte, conseguiram sair da situação de escravos, buscando apoio em variadas fontes.

A pesquisa que os encontrou foi feita com base na comparação entre as cartas de alforria e os outros dados coletados principalmente em jornais. Um problema sério é o de sua identificação, como escravos- quando a maioria não possuía sobrenome – e posteriormente a sua inserção como livres. Enfim, como se tem certeza que esteja se tratando da mesma pessoa? A resposta mais sincera é que não existe esta certeza em

⁵ CARDOSO, Fernando H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Difel, 1962.

⁶ Há estudos sobre a família de Aurélio de Bittencourt, secretário particular de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros em que se vê que a trajetória de seus filhos foi extremamente distinta da família por nos estudada, pois tornaram-se bacharéis ou médico. Ver SANTOS, José Antonio. *O curriculum vitae como vestígio do passado*. IX Encontro Estadual de História, Anpuh-RS, 2008. CD-rom.

termos absolutos, exceto em poucos casos, em que ela já possuía o mesmo nome, como é o caso de Justo José do Pacifico, ou em que há depoimentos da situação anterior de escrava de alguma liderança. Em outros casos, trabalhamos com um conjunto de indícios complementares de que se trata da mesma pessoa, como igual profissão, mesma rede associativa (e filiação a sub-redes internas, caracterizando a delimitação de um setor da etnia), idade aproximada, assumir o mesmo sobrenome dos antigos proprietários ou mesmo prenome do indivíduo e de sua mãe, como cativo e livre, etc. Embora muitos fossem os trabalhadores escravizados no início da década de 1880, homens e jovens não eram tantos, nem a cidade era muito grande, portanto é possível a identificação em alguns casos.

Trabalhou-se copiando todos os dados referentes às diversas associações de trabalhadores existentes na cidade de Pelotas durante as décadas de 1880 a 1937, encontradas em jornais, incluindo suas diretorias e complementou-se estas informações com aquelas colhidas em atas, relatórios, livros de nascimento e óbitos e outros documentos oficiais. Depois, cruzaram-se estes dados, procurando montar o perfil das entidades e seus diretores. Contudo, como de nenhuma associação se encontrou listas de sócios, só se conseguiu acompanhar a vida de suas lideranças quando estão na diretoria e suas nominatas são colocadas em jornais.

No caso das décadas finais da escravidão, se consultou o catálogo das cartas de liberdade de Pelotas, procurando encontrar pessoas escravizadas que tivessem o perfil e o prenome desses líderes, tendo sucesso apenas em alguns casos. Os relatórios do Clube Abolicionista e os nomes dos escravos libertos pelo Fundo de Emancipação, encontrados em jornais, também foram fontes importantes. Utilizou-se ainda a lista de eleitores dos anos de 1880, 1890 e outros, também disponíveis nos jornais, tentando encontrar estas pessoas, quando, já livres, tentavam participar do processo político, pois a qualificação eleitoral trazia dados importantes, como data de nascimento, nome do pai (ou mãe) idade e profissão, o que auxiliou na tarefa de descobrir suas origens.

Justo José do Pacifico já possuía este nome como escravo. Foi presidente da Associação Lotérica Feliz Esperança em 1881, sendo reeleito em 1882⁷, quando ainda era cativo de D. Balbina Chaves Silveira, sendo libertado pelo Fundo de Emancipação do Município em 22/12/1882. Seu casamento com Maria Joana foi patrocinado pelo clube

⁷ Veja-se Correio Mercantil de 8/1/1881 e Correio Mercantil de 3/1/1882.

Abolicionista, o que é expressamente afirmado pelo relatório desse clube⁸. Maria Joana era escrava de José Dias de Castro e foi liberta pelo Fundo no mesmo dia (A Nação, 23/12/1882). Como seu nome e o de sua esposa encabeçam a lista de libertandos, não é difícil imaginar que o casamento foi uma estratégia para conseguir a liberdade, já que as regras do Fundo de Emancipação priorizavam a liberdade de famílias, especialmente no caso de senhores diferentes. Como liderança importante do grupo, está na comissão coordenadora do Centro Ethiópico em 1884, participando das festas da emancipação na cidade. (Onze de Junho, 21/10/1884). Na sociedade Feliz Esperança, ele praticamente percorreu todos os cargos, participando da mesma na diretoria pelo menos até 1908. Mas também foi sócio e diretor da associação mutualista de artesãos negros Fraternidade Artística, estando presente em vários cargos. Em 1888, ganhou o reconhecimento também dos brancos, tendo sido eleito, pelos seus pares, orador da diretoria permanente do Centro Cooperador dos Fabricantes de Calçados, substituindo o líder (italiano e socialista) J.T. Mignoni, que havia sido orador na diretoria provisória. Esta entidade, por sua vez, está na raiz da organização dos industriais e artesãos por seus interesses na cidade em 1888. E este foi o ápice de sua atuação. Ainda inscreveu-se como eleitor em vários momentos, e parece estar mais ligado aos castilhistas, embora não tenha tido militância política acentuada. Sua família só é encontrada nas primeiras décadas, talvez depois tendo se retirado da cidade ou suas filhas tendo assumido apenas o sobrenome dos maridos.

Manoel e Justo são exemplos de artesãos negros, que conseguiram, nas décadas do final do século XIX, ressaltar-se entre os demais companheiros e chegar a dispor de uma posição econômica um pouco melhor. Acresce que ambos eram conhecidos e militantes, pelo menos da mesma associação, a Fraternidade Artística. Um nasceu livre, outro era escravo, ambos galgaram posições. Mas não suas famílias, posteriormente.

Agora vamos falar dos operários negros e suas trajetórias:

O primeiro entre eles é Antonio Oliveira (Baobad), do qual já apresentamos sua biografia em outros momentos e que se tornou líder sindical importante até o ano de 1900. Foi dirigente da Feliz Esperança e depois de entidades sindicais classistas, além de

⁸ Relatório do Clube Abolicionista sobre todas suas atividades desde a fundação, Jornal Onze de junho 14/5/1884.

participar do jornal A Alvorada. Mas vamos nos dedicar agora a alguns menos conhecidos.

Alípio era escravo de Cecília Clara Sátiro Amarante e se tornou livre em 1/5/1882, por pagamento de 600\$ por Manoel Jacinto Dias⁹. Este Manoel era membro ativo do Clube Abolicionista e devido à ação desse Clube, Alípio se casou com a livre Maria Adriana Gonçalves, ganhando com isso prioridade para a libertação pelo fundo de Emancipação do Município. Já no Relatório, ele é nominado como Alípio dos Anjos Amarante e também com este nome se inscreveu como eleitor em 1890, tendo 34 anos, filho de Tereza Amarante, vivendo de jornais¹⁰. Ele foi segundo secretário da Sociedade Feliz Esperança em 1887. Como dissemos, só sabemos quem era sócio pela nominata da diretoria, então ele pode ter se associado muito antes, sem que se possa descobrir. Depois disso, Alípio, que nunca foi um grande militante operário ou étnico, desaparece no anonimato, sequer se qualificando para votar em outros possíveis momentos.

Adão Gonçalves da Silva é outro militante da sociedade Feliz Esperança que aparece muito em sua diretoria na década de 1880. Foi orador em 1882¹¹, tesoureiro em 1885, 1886 e 1887. Foi vice-presidente em 1888 e 1889 e segundo orador em 1890. É provável que ele tenha sido o escravo de Leão Gonçalves da Silva, que foi solto em 20/8/1882, mediante o pagamento de 710\$ sendo 340\$ por ele mesmo e 370\$ do clube abolicionista. Neste caso, ele teria na época 34 anos, era caracterizado como solteiro, pelotense, preto¹². Chama a atenção que, tal como Justo, ele era da direção da sociedade, como orador, *antes* de ser libertado.

Na verdade, deve-se investigar a real função dessa sociedade durante o período abolicionista, pois ela não é uma mutualidade comum, mas muito mais aparenta ter o objetivo de aglutinar os trabalhadores negros e pardos na busca pela liberdade, da forma que fosse possível, o que fica claro desde seu nascimento como sociedade lotérica, uma das tantas formas pelas quais os escravizados tentavam conseguir dinheiro para comprar sua liberdade. Manoel Silva Santos, como artesão, nunca foi membro da Feliz Esperança, mas seus filhos – João Vicente e José - foram lideranças expressivas dessa última

⁹ Documentos da escravidão. *Cartas de Liberdade* do acervo dos Tabelionatos de Municípios do interior do Rio Grande do Sul, vol. 1. Porto Alegre, CORAG, 2006, p. 516.

¹⁰ A Pátria, 7 e demais dias de julho de 1890. A quem estranhe um diarista ex-escravo votando em 1890, é bom lembrar que as eleições de 1890 e 1891 foram muito disputadas, pois ainda não se havia estabelecido a dominação do PRR sobre o estado e, provavelmente todos os partidos inscreveram potenciais eleitores.

¹¹ Referências do Correio Mercantil, Diário de Pelotas e jornal A Pátria das diretorias da sociedade.

¹² Cartas de Liberdade, p.553.

entidade, como também o foram depois do Centro Ethiópico, entidade de representação negra nas questões abolicionistas. Seu primeiro presidente, Justo José do Pacifico, que ainda era escravo quando assumiu o cargo, também foi da coordenação do Centro Ethiópico em 1884, após ser libertado. Assim, embora praticamente não esteja visível nas solenidades oficiais da campanha da abolição na cidade, sente-se que a Feliz Esperança deve ter desempenhado um papel importante, como organizadora dos esforços da parcela escravizada dos afro-descendentes. Além disso, seus diretores e as lideranças que possuía estavam muito envolvidos no processo de derrubada da escravidão.

Moreira estudou uma sociedade em Porto Alegre, a *Esperança e Caridade*, que também possuía sócios escravos e cuja finalidade era utilizar os pecúlios de todos para libertar um por um de seus sócios¹³. Ao falar sobre um processo que a envolveu em 1883, este pesquisador comenta que a justiça, investigando-a, chegou à conclusão que não possuía nenhum registro público, sendo, portanto, ilegal.

Portanto, pode-se pensar que a *Feliz Esperança* de Pelotas não estava sozinha em sua informalidade perante a lei, nem no fato de aceitar homens escravizados em seu meio. Não se encontrou seu estatuto original, nem seus objetivos nesse momento e também não se sabe se todo o rendimento auferido com loterias ou outros meios seria empregado na compra de liberdades. As informações trazidas pelos jornais são extremamente parcas sobre ela, ao contrário de outras associações que também incluem negros, cujo nascimento é informado ou até celebrado pela imprensa diária, como a Fraternidade Artística e a Harmonia dos Artistas. No caso dela, reina o silêncio, o que pode ser mais um fato comprobatório de sua constituição informal e ilegal, no sentido que violava a lei, não só ao aceitar cativos como associados, mas também ao ter elementos escravizados em sua própria diretoria.

Em alguns momentos, sabe-se que ela própria contribuiu para a liberdade de seus sócios pois auxiliou na libertação do associado Valentim, escravo de Diogo da Fonseca¹⁴, libertado em 4 de fevereiro de 1884, por 700\$ contando com o auxílio da sociedade com 249\$.

Talvez ele também já participasse de sua direção em 1881 e 1882, no cargo de tesoureiro com o nome de Valentim Candido da Rosa (Correio Mercantil, 11/1/1882).

¹³ MOREIRA, Paulo R. S. *Os cativos e os homens de bem*. Porto Alegre: EST edições 2003.

¹⁴ Cartas de Liberdade, p. 460.

Mas aqui não temos nenhum outro indício de que o Valentim libertado e o Valentim tesoureiro sejam a mesma pessoa, exceto o fato que ambos são sócios da entidade. Além disso, o Valentim liberto é muito jovem, contando apenas 18 anos naquele momento, então parece difícil que fosse colocado num cargo de tanta responsabilidade como a tesouraria.

Outro caso documentado em que a entidade auxiliou a conquista da liberdade é o de Euzébio, que era escravo de Bernardo de Souza Lima e que foi beneficiado com uma arrecadação extra, ao final de uma festa abolicionista(Diário Pelotas 27/3/1884) e também contou com recursos da própria sociedade (Correio Mercantil, 28/3/1884). Tudo indica que Euzébio teve o auxílio da associação negra e depois conseguiu ser beneficiado pelos abolicionistas brancos. Sua alforria¹⁵ custou 450\$, que era um valor alto a ser conseguido tanto pela Feliz Esperança quanto por uma contribuição espontânea ao final de uma festa abolicionista.

Aqui, não podemos deixar de ressaltar o quanto de articulação deve ter sido desenvolvido tanto por Euzébio, quanto pela sociedade, para que justamente ele fosse o beneficiário da “vaquinha” ao final da festa. Euzébio era muito próximo à diretoria da Feliz Esperança naqueles anos, pois em 1885e 1886 será vice-presidente da mesma, incorporando então o patronímico de seu escravizador. Novamente, certeza absoluta não há desse fato, mas os indícios são mais do que suficientes para que possamos afirmar que se trata da mesma pessoa. Assim, deve-se avaliar o quanto influenciava, para a libertação de um indivíduo em particular, ele estar em evidencia, participando das mesmas redes associativas que as lideranças mais importantes do grupo. E isso poderia ser feito através da Igreja ou da própria associação. Pois a Feliz Esperança não tinha apenas sócios escravos, mas também possuía sócios negros ou mulatos livres, com relativo prestígio, alguns com influência na maçonaria, outros, ao contrário, muito vinculados a Igreja Católica.

A Igreja Católica por sua vez, além de ser uma influência muito importante no processo abolicionista da região, através de seus prelados, também buscava colocar pessoas de sua confiança em cargos de responsabilidade. E, seguramente, estar próximo à Igreja auxiliou na libertação de alguns dos nossos sujeitos. Além disso, o tesoureiro do

¹⁵ Cartas de Liberdade, vol. 1, p. 460.

próprio Clube Abolicionista era o conhecido Manoel Conceição da Silva Santos, uma das principais lideranças católicas negras da cidade.

André Brizolara Cardoso era escravo de Luiz Baptista Cardoso e teve seu casamento com a liberta Maria do Rosário intermediado pelo Clube Abolicionista. Foi libertado em dezembro de 1882, pelo Fundo de Emancipação do Município, no mesmo momento que Justo José do Pacifico. Foi mesário da irmandade de São Benedito em 1881, participando da mesma diretoria que Manoel da Silva Santos e Adão Gerena de Oliveira. Mais tarde, teve participação em diretorias recreativas negras.

Por último, vamos analisar o caso de Adão Gerena de Oliveira, cristão praticante que já com este nome participava da diretoria da irmandade de São Benedito em 1879 e 1880/1881. Também era mesário da irmandade do Santíssimo Rosário de Nossa Senhora em 1880 e foi uma liderança do Clube Ethiópico em outubro de 1884. Participou, ainda, de algumas entidades recreativas negras. Após sua morte, em maio de 1906, teve o seu retrato inaugurado em sessão solene na sociedade Flores do Paraíso, na qual preponderava a família de Manoel Conceição da Silva Santos (Alvorada, 20/9/1907). Muito provavelmente é ele o escravo crioulo Adão, que foi solto em 4/5/1884 por Emília Nunes Gerena em atenção ao seu bom comportamento¹⁶. Nisso, a Igreja pode tê-lo auxiliado, mesmo que de forma indireta, pois foi alforriado sem ônus. No caso de sua indicação para o Centro Ethiópico, ao que parece, ela veio de fora do grupo, pois os nomes dos coordenadores do Centro são escolhidos em reunião da comunidade, mas aquele de Adão só aparece mais tarde, provavelmente por injunção da Igreja. Adão Gerena tem um perfil diferenciado dos demais, vinculado apenas a Igreja e a entidades negras. Depois de 1888, vai ter pequena participação em uma diretoria de sociedade recreativa, o *Recreio dos Operários*, em 1888 e fez parte do *Clube José do Patrocínio*, de representação política da raça negra, em 1905.

Outros militantes negros dos primeiros anos do pós abolição já identificados, podem também ter passado pela experiência da escravidão, libertando-se naqueles anos finais do processo. Não foram colocados aqui, pois ainda não se possui elementos suficientes para comprovação e talvez nunca se saiba realmente, pois as listas de matriculas de escravos não existem e o livro de batismo de escravos dos anos de 1852 a 1878, de Pelotas, desapareceram há alguns anos do Bispado.

¹⁶ Cartas de Liberdade, vol. I, p. 566.

De toda forma, isso denota um grau muito grande de articulação e mobilização, por parte dos grupos negros urbanos pelotenses, no sentido de buscar a libertação dos seus. Volta-se, portanto, a questão de se toda essa energia e dinamismo apresentado nestes anos, esgotou a capacidade dos sujeitos em estudo? Ou será que consideraram suficiente as conquistas feitas, acomodando-se posteriormente? A resposta a essa pergunta já a encontramos quando de nosso estudo sobre os operários da região, pois foi detectado que, pelo contrário, o grupo de trabalhadores negros de Pelotas foi dos que mais lutou e se empenhou para conseguir, via sindicatos e associações negras, uma saída coletiva para a melhoria das condições de vida do grupo e para sua elevação social, como diziam.¹⁷ Portanto, no caso em tela, seu fracasso na melhoria das condições de vida tem muito que ver não só com a situação e o tratamento aos trabalhadores durante a República Velha, mas também com os efeitos do racismo e do preconceito.

Nos estreitos limites dessa comunicação (e especialmente do tempo disponível para fazê-la) é impossível agregar elementos novos à discussão do real impacto da discriminação racial no condicionamento das vidas daqueles trabalhadores escravizados, agora livres, e de suas famílias. Vimos que alguns deles possuíam qualidades de liderança, estavam motivados para melhorar sua situação individual e de seu grupo étnico, e também sabe-se que estavam articulados internamente em redes associativas, com alguns possuindo apoios externos valiosos.

Há alguns elementos atenuantes nesse processo, como a falta de um papel ativo do estado, especialmente na questão da educação; o fato que este grupo era sempre um dos mais visados para o recrutamento forçado – e seguramente a guerra civil de 1892 a 1895 levou à morte muitos homens negros, piorando a situação de suas famílias. Outra questão específica era que, para aqueles anos, a expectativa de vida era muito menor, portanto, sem dúvida a grande luta que esses homens negros enfrentaram foi se livrar do trabalho forçado, deixando a seus sucessores a tarefa de lutar por melhorias outras em suas condições de vida.

O fato que aquela camada urbana era agora pressionada pelo conjunto das pessoas de cor vindas em levadas sucessivas do interior, tendo vivenciado situações de vida muito piores do que aquelas da capital, sem conhecimento, experiência ou memória do que já

¹⁷ LONER, Beatriz. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande. 1888-1930*. Pelotas: Ed. UFPel, 2001.

havia ocorrido antes, também pode ter influenciado. Não deve ser por outro motivo que o principal jornal negro da região, *A Alvorada*, tenha sido um jornal em que a preocupação com a memória do grupo foi tão importante e esteve sempre presente, havendo cronistas que tentavam levar as novas gerações, o exemplo da não acomodação e das dificuldades que os mais antigos tiveram que enfrentar em seus caminhos.

Todos estes fatores, combinados às políticas discriminatórias com que eles foram tratados ao longo do século XX devem ter feito sérias diferenças na possibilidade ascensional das famílias urbanas negras. Parece-nos que é o momento em que os estudos sobre os trabalhadores negros podem beneficiar-se muito com a confecção de trajetórias de vidas, de estudos biográficos que nos permitam acompanhar os passos de indivíduos ao longo de suas vidas, das condições sociais que enfrentou ao nascer, das possibilidades permitidas pela sociedade à sua cor e sua classe em cada momento dado e das dificuldades que venceu, ou as quais sucumbiu ao longo de sua vida. Investigar suas práticas culturais, o investimento em estratégias individuais ou coletivas, as redes associativas e bens culturais de que dispôs, em grupo ou individualmente, são algumas das fontes possíveis para maior conhecimento destes trabalhadores.